P.J.U. - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Ref.: P.A. Nº 1624/2022

Cuida-se de contratação de empresa especializada de engenharia para finalizar os serviços de reforma, sem acréscimo de área construída, para instalação do novo Centro de Memória no Complexo Trabalhista de Goiânia, situada à Avenida T-01, esquina com T-51, Qd. T-22, Setor Bueno, Goiânia/GO, CEP: 74.215-901, no valor estimado de R\$ 258.709,49 (duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e nove reais e quarenta e nove centavos).

À fl. 110 (doc. 26), a Divisão de Engenharia juntou *check list* quanto aos documentos necessários à instrução do processo, no que tange à sua responsabilidade.

À fl. 170 (doc. 41), a Secretaria de Orçamento e Finanças informou que há disponibilidade orçamentária para atendimento da despesa, e fez a adequação da despesa.

A Assessoria Jurídica da Administração exarou o Parecer nº 55/2022 (doc. 47), concluindo pela possibilidade de aprovação do Termo de Referência de fls. 176/204 (doc. 045), recomendando:

- que o subitem 8.1.2.1 seja complementado pela área técnica com a indicação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, em face do disposto no art. 30, §1º, inciso I da Lei nº 8.666/93.

- que a área técnica, em face da alteração da natureza do objeto a ser licitado (serviço de engenharia), reavalie e, se for o caso, ratifique a exigência de seguro de risco de engenharia contida nos itens 9.28 e 12.

Por todo o exposto, com esteio no Parecer da Assessoria Jurídica da Administração, e na delegação de competência estabelecida pelo art. 21, V, "c", e "d", 2, do Regulamento Geral de Secretaria deste Tribunal, APROVO o Termo de Referência fls. 176/204 (doc. 45) e seus anexos, e AUTORIZO a instauração de certame licitatório visando à contratação em foco, devendo o procedimento transcorrer sob a égide da modalidade PREGÃO, do tipo menor preço global, na forma eletrônica, em conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, com o Decreto nº

10.024, de 20 de Setembro de 2019, e, subsidiariamente, com a Lei nº 8.666/1993.

Ademais, válido o orçamento de fls. 99/109 (doc. 25) e determino a sua publicidade, bem como assino a Portaria que institui a Comissão de Fiscalização da execução dos serviços de reforma.

Assim, à Secretaria de Manutenção e Projetos/Divisão de Engenharia para adoção das providências recomendadas pela Assessoria Jurídica da Administração, constantes do Parecer nº 55/2022.

Após, à Secretaria de Licitações e Contratos para proceder a publicidade do orçamento e elaborar a minuta do Pregão objetivando a realização do certame licitatório em tela.

ÁLVARO CELSO BONFIM RESENDE
Diretor-Geral

Goiânia, 15 de março de 2022.
[assinado eletronicamente]

ÁLVARO CELSO BONFIM RESENDE

DIRETOR-GERAL CJ-4